

Felipe Guilhem, um espanhol que não voltou à sua terra

No episódio da fundação da Capital da Bahia aparece a figura singular de um espanhol, ainda hoje muito discutido, de nome Filipe Guilhem (1). A sua complexa personalidade transparece claramente num seu autógrafo, uma longa carta ao rei de Portugal, datada da Cidade do Salvador, em 21 de julho de 1550 (2).

Por ela ficamos sabendo, logo de início, uma série de minúcias biográficas, certamente conhecidas na côrte, mas algumas das quais um tanto surpreendentes para o

leitor desprevenido de hoje.

Destaquemos delas as mais informativas:

1. Escreve, porque o rei se lembrou dêle depois de tantos anos de silêncio.

2. Viera ao Brasil por ordem de D. João III, havia então doze anos.

3. Antes da sua vinda ao Brasil perdera nove anos em casa de certo Vasco Fernandes César (3).

4. Em julho de 1550, fazia um ano que Tomé de Sousa o chamara de Ilhéus por ordem do rei.

5. Ali estivera pelo espaço de dez anos como auxiliar destacado no govêrno da Capitania e dali escrevera repetidas vêzes ao rei, sem obter resposta.

6. Logo após a sua chegada ao Brasil, fôra a Pôrto Seguro, atraído pelas notícias das entradas em busca de ouro ali realizadas, a fim de certificar-se do que havia na realidade.

7. Ainda em 1550, Tomé de Sousa resolveu mandar Guilhem ao sertão em viagem de exploração, "por entender êle de mineralogia e saber tomar a altura para traçar o roteiro".

Entretanto, Guilhem não pôde seguir por achaques da idade, mas principalmente por ter adoecido dos olhos.

8. Guilhem ajudou a terminar a construção do primeiro caminho da Ribeira das Naus para a cidade alta do Salvador, a Ladeira da Conceição.

9. Ainda no ano de 1549 foi encarregado da justiça da Capital durante a ausência do ouvidor, que seguia, em viagem de inspeção, até São Vicente.

10. Guilhem era dignitário portador do hábito de Cristo, desde 1.º de janeiro de 1529, e havia anos que não recebera a tença.

11. Fôra casado na Europa; mas, pouco antes de ser enviado ao Brasil, morreram-lhe a mulher e um filho. Dei-

xara no reino três filhas, contando a mais nova dezessete anos, em 1550 (4).

Êstes dados, por assim dizer autobiográficos, são presumivelmente corretos, porque o missivista não se atreveria a falsear a verdade ao soberano, que muito bem a devia conhecer.

O mesmo talvez não se possa dizer de outro depoimento, que se refere exclusivamente à estada de Guilhem em Portugal e a certas peripécias dessa fase da sua vida, por emanar da pena embebida na malícia trovadoresca de Gil Vicente.

Sousa Viterbo (5), além de registrar o que a respeito de Filipe Guilhem achou no Corpo Cronológico da Torre do Tombo, também transcreve o que dêle se encontra nas obras de Gil Vicente (6). Segundo êste último, Guilhem, grande lógico, muito eloqüente, tinha alguma cousa de matemático, embora fôsse boticário de profissão, e viera a Lisboa, em 1519, para oferecer ao rei um astrolábio e outros instrumentos náuticos (7) por êle inventados. Por ordem de D. João III, alguns matemáticos de projeção, entre os quais Francisco de Melo, assistiram as suas demonstrações e aprovaram-nas por boas.

Seria isto antes de fins de outubro de 1528, pois a 2 de novembro daquele ano foi-lhe

concedido o hábito de Cristo em reconhecimento pelo seu invento (8). Entretanto, algum tempo depois, acusado de contrafação ou impostura, principalmente por Simão Fernandes, que D. João chama "meu astronemo e cosmógrafo" (9), Guilhem teria sido prêso ao querer fugir para Castela.

Como além de boticário e matemático fôsse também "grande trovador", na expressão de Gil Vicente, êste seu colega maior aproveitou a oportunidade para testemunhar-lhe o mal disfarçado prazer, que lhe dava o seu infortúnio, através de umas trovas maliciosas, das quais transcrevemos duas estrofes:

*«A muchos hizo espantar
Vuesa próspera fortuna,
Pues nunca vistes la mar,
Ni arroyo, ni laguna.
Supistes muy bien pescar.
Diciendo el pueblo travieso
Justo fue que fuese preso
El mas suelto hombre del mundo.»*

*«Ansi por esta via
Es de los sábios el cabo,
Que sin ver astrolomia
El toma el sol por el rabo
En qualquiera hora del dia.
Respondieron al contrário,
Diciendo: no es verdad;
Porque dende chica edad
No fue sino boticario
Hasta ver esta ciudad»*

Além de muito lacunosa, é um tanto emaranhada a sucessão dos episódios conhecidos da vida de Filipe Guilhem entre a sua vinda a Portugal e a sua partida para o Brasil. A sua carta, oferecendo ao rei o seu instrumento de calcular a longitude a qualquer hora do dia, já foi escrita na prisão e não leva data. É de presumir que não ousasse oferecer ao rei um instrumento tachado como contrafação e que, portanto, a carta seja anterior ao alegado desmascaramento por Si-

mão Fernandes. Porém, neste caso, Guilhem havia sido prêso primeiramente por outra acusação. Incontestável parece o seu aprisionamento por denúncia de se ter atribuído ciência alheia.

Em que época devemos colocar êsse revés na vida de Guilhem?

Pelos documentos transcritos por Sousa Viterbo sabemos, que, em 18 de setembro de 1528, obteve o ordenado de vinte e cinco mil réis e, em 2 de novembro do mesmo ano, o hábito de Cristo com a ten-

ça de quinze mil réis (11), êste por serviços não especificados e aquêle por "... certos instrumentos que inventou para tomar o sol a tôdas as horas e altura do pólo por êle e pelas estrêlas e com outros instrumentos de minutos e segundos, os quais há de ensinar a quem lhe eu mandar, sem por isso levar nenhum interêsse".

Esta munificência do soberano (12) é tanto mais surpreendente, quanto, em 18 de junho de 1527, Guilhem já havia sido nomeado veador e avaliador de drogas das casas da Índia e Mina, com vencimentos de vinte mil réis (13). Certos indícios levam assim a crer que D. João III, a princípio impressionado, na sua inexperiência, pela verbosidade insinuante do castelhano, foi precipitado e excessivo na sua liberalidade, levantando uma onda de inveja. Depois, ou seja levado por intrigas, ou convencendo-se de que os instrumentos apresentados por Guilhem se basearam em conhecimentos ou aparelhos anteriores, acabou por renegar o seu valido.

Tal desfavor deve ter-se manifestado a partir de 1529. Se Guilhem chegou então a sofrer nova reclusão, seria por pouco tempo. Talvez fôsse apenas domiciliar, sob a responsabilidade de um preposto. Esta hipótese esclareceria a frase na sua carta de 1550 ao rei, em que se lastima

dos nove anos perdidos em Portugal, na casa de Vasco Fernandes César. Entre 1529 e o seu embarque para o Brasil medeia justamente o alegado espaço de tempo.

Seja como fôr, na mesma carta de 21 de julho de 1550, o próprio Guilhem confessa ter vindo ao Brasil por ordem do rei, que dessa forma continuaria mantendo o castigo, sem prescindir dos valiosos serviços do boticário, desdobrao em mineralogista e geógrafo matemático, numa terra desprovida de elementos capazes. Quer-nos parecer que êsse degrêdo foi antes uma satisfação dada à insistência de certos elementos da côrte, do que o castigo por um alegado delito.

Os cargos de responsabilidade confiados a Guilhem no Brasil permitem chegar a essa conclusão. Com efeito, não seria êsse notório aproveitamento do castelhano banido em funções de destaque no Brasil uma tardia e disfarçada reconsideração de precipitados rigores pelo rei, que, não respondendo embora às cartas de Guilhem, atendia-lhes as solicitações através do governador-geral? A correspondência e os documentos conservados tendem a incen-tar Guilhem dos embustes que lhe vêm sendo atribuídos (14).

Mas, nesta altura insinua-se outra suspeita. Tê-lo-iam os

seus detratores denegrido de judaizante perante o Rei Piedoso? Os seus conhecimentos de drogas, matemática e astronomia lembram as especialidades de alguns hebreus peninsulares, seus contemporâneos e mestres eminentes nesses ramos da ciência. Uma acusação póstuma é mesmo de molde a dar consistência a tal suposição, como veremos abaixo.

Não possuímos, pois, elementos comprobatórios de Guilhem haver de fato recorrido para construção do seu aparelho às conquistas portuguesas da ciência náutica consignadas por João de Lisboa (15), ou êmulos, em época anterior à sua chegada em Portugal. Que se não valeu dos princípios em que o grande contemporâneo português, Pedro Nunes (16), baseou a sua conhecida invenção, visando a mesma finalidade, afirma Luciano Pereira da Silva, um dos expoentes modernos em assuntos náuticos, nas palavras seguintes: "Pela descrição contida na carta (de Guilhem) publicada por Sousa Viterbo, vê-se bem, que se não trata do instrumento de sombras de Pedro Nunes" (17).

Portanto, se Guilhem hauriu algo dos seus conhecimentos de matemática e astronomia em autores portugueses, foi através de comunicações orais ou de manuscritos particulares, sem possibilidade

de comprovação. Incontestável é que, a despeito dos seus grandes cultores em Portugal, a matemática aplicada não era apanágio lusitano e nenhuma das obras destes autores havia sido publicada, quando Guilhem foi gratificado por seus instrumentos, principalmente o de calcular a longitude pela variação das agulhas, que dizia haver idealizado, valendo-se das observações de pilotos espanhóis.

O seu aparelho não foi, portanto, o produto de laboriosas observações próprias, de uma invenção total no sentido de hoje, pois nunca viajara, mas deve ter nascido de análises acuradas das verificações de navegantes capazes e da generalização dos seus dados em bases matemáticas.

Pelas fontes hoje ao nosso dispor não é possível aquilatar a amplitude exata da contribuição de Guilhem no aparelho apresentado a D. João III; porém, a despeito da campanha de descrédito, que ainda lhe movem alguns autores, negar *in limine* a possibilidade de qualquer invenção ou melhoramento de sua autoria é desconhecer tanta sugestão valiosa de meros curiosos nos diversos campos da ciência.

Que não foi um reles intrusão, mas antes vítima da inveja, atestam as suas aplaudidas demonstrações iniciais perante o grande matemático Francisco de Melo e colegas,

segundo afirma o próprio Gil Vicente (18), assim como as relações que, ainda do Brasil, manteve com a côrte. Foram certamente as gratificações incomuns que açularam os eternos invejosos.

Limitado pelo escopo do seu livro, Sousa Viterbo só recolheu as referências que de Guilhem se encontram em fontes portuguesas. Entretanto, por uma dessas ironias do acaso, se o nome de Guilhem correu mundo, nos fastos da ciência náutica, não foi através dos tratados emanados de Portugal, país a que ofereceu a sua invenção e os seus serviços pelo resto da sua vida. Quem veio a enaltecer os seus talentos foram homens da sua pátria, a que havia voltado as costas.

É principalmente ao *Livro das Longitudes*, de Alonso de Santa Cruz (19), que Filipe Guilhem deve o seu panegírico mais guindado. Por êste valioso tratado, só publicado, na cidade de Sevilha, em 1921, podemos ajuizar melhor a fama de Guilhem.

Alonso de Santa Cruz foi um dos cosmógrafos mais ilustres do tempo de Guilhem, êle mesmo construtor de uma dessas bússolas de variação. Depois de uma exaustiva viagem de estudos a Portugal, para informar-se, de primeira mão, a respeito da declinação da agulha observada pelos pilotos lusos em suas viagens ao Oriente, a fim

de compará-la com a verificada nas expedições ao Ocidente, escreveu o seguinte: "El primer inventor (que yo haya sabido) que procurase dar la longitud por esta diferencia (refere-se à declinação no nordestear e noroestear da agulha magnética) fue un Felipe Guillen, boticario vecino de Sevilla, hombre muy entendido e ingenioso, gran jugador de ajedrez y cortador de tijera, el cual como el se hubiese informado de algunos pilotos amigos suyos de la propiedad del aguja de marear e de las diferencias que hacia en todo el viaje y camino desde Sevilla a la Nueva España, pensando en si halló por su cuenta que por esta via, mejor que por otra ninguna, se podria dar muy bien la longitud ... y con esta imaginacion se acordó de pasar en Portugal, pensando que alli seria mejor pagado della, y esto fué el año 1525; y asi fué a besar las manos al Rey D. Juan, que al presente reina ... I asi comenzó el dicho Felipe Guillen de poner en obra lo que habia prometido haciendo una invención de cierto instrumento que hoy en dia anda muy común en Portugal entre hombres doctos para que los pilotos lo llevasen en las naos, el qual es una tabla ..." (20).

O que se depreende dêste trecho é que a variação das agulhas já era então conhecida pelos pilotos espanhóis.

Sabemos outrossim pelo *Tra-
tado da Agulha de Marear*, de
João de Lisboa, que, também
em Portugal, a determinação
da longitude por método ru-
dimentar idêntico já fôra es-
tabelecida em 1514 (21).

O que parece não haver
existido antes da invenção de
Guilhem é um aparelho para
facilitar e multiplicar as ob-
servações (21a).

Faltam-nos de todo em todo
competência e dados para
emitir um julgamento, mes-
mo superficial, sôbre a in-
venção de Guilhem. Louvamo-
nos no particular, tal como
os detratores, em Gil Vicente,
outro contemporâneo seu,
que afirma: "Para dar mostra
desta arte (de leste a oeste),
que tinha achado, fêz muitos
instrumentos, entre os quais
foi um astrolábio de tomar o
sol a tôda hora. Praticou a
arte perante Francisco de
Melo, que então era o melhor
matemático que havia no rei-
no, e outros muitos que para
isso se ajuntaram por manda-
do de S. A. — Todos aprova-
ram a arte por boa" (22).

Repetimos, bússolas de va-
riação já existiam antes. João
de Lisboa ensina a construir
uma em 1514 (23). Mas, de
bússolas de variação para cal-
cular a longitude a qualquer
hora do dia, a primeira de
que se tem notícia, além
da apresentada por Guilhem,
é a de Pedro Nunes, que
só foi descrita no seu *Tra-
tado da Sphera*, em 1537,

nove anos, pelo menos, depois
das demonstrações de Gui-
lhem. É provável que o tal
instrumento de sombras fôs-
se mais aperfeiçoado do que
o invento de Guilhem; que
não se pareciam, afirma, ain-
da recentemente, Pereira da
Silva (24).

Em resumo, Guilhem excog-
itou o seu instrumento ba-
seado nas informações dos pi-
lotos espanhóis, acostumados
a viajar para as Índias Oci-
dentais. Não há provas de
que o modificasse em Portu-
gal, ou mesmo de que já exis-
tisse aparelho idêntico à sua
chegada em Lisboa. A pecha
de falsário, que, segundo Gil
Vicente, a minoria lhe assa-
cou, não parece ter convencido
a côrte lusa, embora aos
sentimentos patrióticos estre-
itos conviesse prestar-lhe
ouvido. É o que insinuam os
documentos coligidos por
Sousa Viterbo.

O cosmógrafo-mor de Fili-
pe II, Alonso de Santa Cruz,
contemporâneo dessas con-
trovérsias, é mais categórico,
e, a despeito dos rasgados
encômios que tece aos cos-
mógrafos portugueses, prin-
cipalmente a D. João de Cas-
tro, atribui, como vimos, a
Guilhem a prioridade da fei-
tura de um instrumento para
determinar a longitude a
qualquer hora através da va-
riação da agulha. Porém, foi
sem dúvida Alexandre de
Humboldt, que mais contri-
buiu para espalhar a fama de

Guilhem, ao registrar as informações de Navarrete sobre o cosmógrafo Alonso de Santa Cruz (25), de cujo *Livro das Longitudes* vai transcrito acima o principal, que nele diz respeito a Guilhem.

Por mais que se agitem hoje em dia enfatuados nacionalismos, é irrisório querer despojar o pobre Guilhem do invento de uma bússola de variação, da qual um colega contemporâneo ilustre lhe atribui a primazia, mas cuja sombra nem de leve pode embaciar a auréola de um Pedro Nunes ou João de Castro (26).

FELIPE GUILHEM NO BRASIL

A trajetória de Guilhem no Brasil apresenta lacunas tão sensíveis quanto a sua passagem por Portugal. A sua carta da Bahia ao rei, de 21 de julho de 1550 (27), esclarece pontos menores de ambas as épocas, sem permitir um juízo muito seguro do seu caráter e das suas tendências.

Pela conta que faz, deve ter chegado à Bahia em 1538, aos 51 anos de idade. Teria, assim, nascido em 1487.

Algum tempo decorrido, transferiu-se para Pôrto Seguro, animado pelas arrebatadoras notícias espalhadas a respeito das minas do seu sertão, que lhe deviam excitar o espírito aventureiro e apelar para os seus conhecimentos de mineralogista. Devidamente informado da verdade e das

fantasias, que circulavam na capitania do infeliz Pedro do Campo Tourinho, dirigiu ao soberano um relatório certamente à altura das exageradas expectativas dos colonos. Não obteve resposta. Tornou a escrever, com o mesmo resultado negativo. Passou assim declaradamente o primeiro ano. Desiludido da praticabilidade dos seus planos miríficos sem ajuda do alto, aceitou, por exigências da vida, diversas funções oficiais na capitania dos Ilhéus. Nela permaneceu por dez anos, até que Tomé de Sousa dêle se lembrou, provavelmente por indicação do rei, como sugere o início da carta citada (28). A própria incumbência, uma entrada à procura de minas, que Tomé de Sousa pretendia confiar-lhe, mostra, que as cartas de Guilhem, escritas à côrte, de Pôrto Seguro, haviam chegado a destino e não ficaram esquecidas, como se poderia concluir da falta de resposta. A brevidade com que Tomé de Sousa chamou Guilhem à Bahia (29), obriga-nos a supor que o fizera de acôrdo com instruções trazidas pessoalmente na frota.

A experiência e a capacidade vária do espanhol representou, sem dúvida alguma, um grande auxílio a Tomé de Sousa e assessores. Como Guilhem chegasse à Bahia em pleno inverno e no auge da organização do govêrno local e geral, foi destacado

para diversas tarefas, entre as quais a do acabamento da ladeira que ligaria a Ribeira do Góis, ou simplesmente a Ribeira, ao largo da Cidade Alta. A parte inferior dessa primeira via de comunicação do pôrto com a Cidade Alta é até hoje representada pela Ladeira da Conceição (30). A altura da Praça Castro Alves dobrava à esquerda, seguindo pelo traçado da Ladeira do Pau da Bandeira e, acompanhando a encosta, embocava na Praça Tomé de Sousa, ladeando ao oeste o Palácio do Govêrno. Já iria adiantada à chegada de Guilhem à Bahia, visto que, ainda no segundo semestre, foi incumbido da justiça, em substituição ao ouvidor-geral, que, ao terminar o inverno, seguira com Pero de Góis em viagem de inspeção ao Sul.

Para fins de 1549, projetara-se, entrementes, uma entrada de Pôrto Seguro ao sertão, orientada por Guilhem. As ocupações apontadas e as delongas dos indispensáveis preparativos fizeram com que se adiasse o projeto para o ano seguinte. Eis que uma notícia estonteante chegada por uns índios sertanejos a Pôrto Seguro, em março de 1550, veio a consolidar o plano. Existiria além de um grande rio, onde viviam, uma serra resplendente (a famigerada e sempre esquiva *Sabarabuçu*), onde até as gamelas das pocil-

gas eram de ouro. Com tais perspectivas de enricar da noite para o dia, grande parte da população de Pôrto Seguro estava disposta a entranhar-se e para isso pedia o beneplácito do governador-geral.

Nesta altura, outro contra-tempo ameaçou comprometer o empolgante empreendimento. O sexagenário Guilhem, além de um tanto alquebrado, adoeceu dos olhos e teve de ser substituído. A escolha, presumivelmente por indicação de Guilhem, recaiu em Francisco Bruza de Espinosa, outro castelhano, que, por circunstâncias hoje difíceis de investigar, viera do Peru ao Pôrto Seguro (31). Mas, nem por isso quis Tomé de Sousa dispensar a colaboração de Guilhem, ao menos como conselheiro e observador. É o que sugere a sua nomeação de Provedor da Fazenda, em Pôrto Seguro, a 14 de setembro de 1551. Apesar disso, ou talvez por essa razão, a entrada só se pôs a caminho no govêrno de D. Duarte da Costa (32), em março de 1554, segundo Anchieta (33), ou antes em fins de 1553, pelo que nos diz com mais autoridade o Pe. Azpilcueta Navarro, na sua carta de 19 de setembro dêsse ano (34) e confirma a sua volta da jornada, em que tomou parte, e que lhe deveria abreviar os dias (35).

A Capitania de Pôrto Seguro, pelo que o triste conluio

e a subsequente prisão de Pero do Campo Tourinho permitem conjecturar, foi durante longos anos conturbada por intrigas e turbulências.

Também Guilhem parece ter sido vítima delas, não obstante a proteção que lhe dispensava o governador-geral.

Sabemos por um mandado, emitido pelo provedor-mor, em 14 de março de 1553 (36), portanto ainda no governo de Tomé de Sousa, que Guilhem fôra prêso "por uns casos" e parece que pedira licença para justificar-se na Capital. Deve tê-lo conseguido, pois a 25 de janeiro de 1557, D. João III, o confirma no cargo (37), e D. Sebastião reitera-lhe a confirmação, em 24 de março de 1561, "não havendo outra pessoa provida" (38). Finalmente, com data de 16 de janeiro de 1563, existe uma carta régia, transferindo o pagamento de seus vencimentos da Bahia para Pôrto Seguro (39). É a última notícia de Guilhem existente nas chancelarias.

Entretanto, anterior a ela, de 12 de março de 1561, há no Corpo Cronológico uma carta dirigida por Guilhem à rainha (40).

Nela se lêem diversas notícias sôbre os progressos na pacificação dos índios ao longo da costa e os ataques dos aimorés do sertão a Pôrto Seguro. Refere-se também à entrada de Vasco Rodrigues Caldas e o seu des-

trôço, à traição, pelos tupiguaés, cêrca de sessenta léguas Paraguaçu acima. Da organização desta bandeira tratam os *Documentos Históricos* (41). Registra-lhe os sucessos com o colorido jesuítico do tempo o Pe. Leonardo do Vale (42), que Rodolfo Garcia reproduz com a indicação de outras fontes (43).

A partir de 1563, não conhecemos nenhum documento oficial, que ateste a presença de Guilhem septuagenário no Brasil. Entretanto, é possível que ainda vivesse em 1570, pelo que se pode deduzir de um depoimento do Pe. jesuíta Antônio Dias, feito ao Santo Ofício, e que estigma a nossa personagem de cristão nôvo depois de morto (44).

Tal acusação condiz bem com a sua saída definitiva da Espanha e o seu degrêdo de Portugal para o Brasil, mas ainda evoca outro episódio referido, três décadas antes, pelo jesuíta Adão Gonsalves, na devassa instaurada sôbre as atividades do trãnsfuga calvinista João Cointa. Declarou êle nessa ocasião, que encontrara o tal "monsior" de Bolés em Pôrto Seguro (45), na casa de Filipe Guilhem, a fazer a defesa dos luteranos franceses, em presença de diversas pessoas (46). Em 1570, Guilhem teria uns 83 anos. É uma longevidade excepcional para a época e nas suas circunstâncias.

A individualidade de Guilhem, julgada pelos documentos, revela facêtas difíceis de interpretar e as reticências, que a envolvem, dão lugar a suposições depreciativas. Evidente é a sua ocasional gabolice, mas os seus dotes, ainda que inferiores aos apregoados, avantajavam-se notavelmente aos da maioria dos colonos e funcionários no Brasil do seu tempo. Além disso, soube valorizá-los em correspondência oportuna e substanciosa com a côrte, onde hábilmente insistia no tema das minas de ouro, tão grato ao rei em crescentes apuros financeiros. A sua idade já não lhe permitiu conquistar em nossa terra a projeção a que certamente aspirava; porém, durante os trinta anos ou mais, que acompanhou o desenvolvimento do Brasil nascente, contribuiu, sem dúvida, com o seu quinhão de esforços, abnegação, sacrifícios e até de fantasias, para a consolidação da Nova Pátria.

FREDERICO G. EDELWEISS

1 Guilhem é a reprodução fonêmica portuguesa do nome espanhol *Guillen*. Ele mesmo assinava-se meio aporuguesadamente «*Guilhen*».

2 Publicada por Sousa Viterbo, em *Trabalhos Náuticos dos Portuguezes nos Séculos XVI e XVII, parte I, Marinharia*, Lisboa, 1898, pp. 147 -149.

Reproduzida na *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. III. pp. 359 - 60.

3 Diz Varnhagen, que Guilhem veio para o Brasil em 1538, com Vasco Fernandes. Seria Vasco Fernandes Coutinho, que da sua capitania do Espírito Santo fôra, na época, ao Reino buscar reforços?

Certamente não é com o futuro donatário do Espírito Santo que Guilhem perdeu os alegados nove anos, pois além da diferença de nomes há que tomar em consideração que Vasco Fernandes Coutinho só teve domicílio fixo comprovado em Portugal de 1529 a princípio de 1535. (Veja *História Geral do Brasil*, tomo I. p. 328)

Também com outro Vasco Fernandes, futuro feitor e almoxarife régio em Pernambuco, não é fácil a identificação. Idem; *Ibidem*; (pp. 211 e 213)

4 Varnhagen, — *História Geral*, t. I. p. 328, engana-se duplamente, quando diz que a mulher de Guilhem morreu na Cidade

do Salvador e que êle mesmo só se transferiu de Ilhéus para a Bahia em 1551.

5 Op. cit., pp. 138 - 153.

6 Gil Vicente, *Obras Completas* (edição Sá da Costa), Vol. VI, pp. 197 - 200.

7 Mais aceitável é o ano de 1525 em que Alonso de Santa Cruz coloca a sua chegada em Lisboa, por estar mais próxima da gratificação do rei.

Enquanto Gil Vicente ouviu dizer que foi boticário em Santa Maria, Alonso de Santa Cruz o chama de boticário «vizinho de Sevilha».

Gil Vicente também claudica no montante da tença concedida, como nota Sousa Viterbo.

8 Sousa Viterbo, op. cit., p. 142.

9 Veja o que a seu respeito coligiu Sousa Viterbo, op. cit., pp. 105 - 110.

10 Op. cit., pp. 198 - 199.

11 Op. cit., pp. 142 e 144.

12 D. João III era jovem; nascera em 1502.

13 Sousa Viterbo, op. cit., pp. 143 - 144.

14 Há, entretanto, um passo na oferta de Guilhem ao rei que dá que pensar: «Conviria ao serviço de V. A. que me ouvisse e muito, antes da volta da frota da Índia». Essa pressa não parece demonstrar a convicção de que nas naus havia pilotos versados na sua ciência «nunca vista»? (Viterbo, op. cit., p. 141).

15 *Tratado da Agulha de Marear Achada por João de Lisboa o Ano de 1514, etc.*, publicado pela primeira vez no *Livro de Marinharia*, coordenado por Brito Rebêlo, Lisboa, 1903 pp. 20 - 24.

Veja também Luciano Pereira da Silva, *Obras Completas*, Vol. III, Lisboa, 1946 p. 165.

16 a) *Tratado da Sphera etc.*, tradução de Sacrobosco com dois anexos muito elucidativos acerca da arte de navegar dos portugueses:

1. *Tratado Sobre Certas Dúvidas de Navegação.*

2. *Tratado em defesa da carta de marear, Lisboa, 1537.*

b) *De Crepusculis Liber Unus etc.* Lisboa, 1542. Quanto à bibliografia de Pedro Nunes veja Luciano Pereira da Silva, *Obras Completas*, vol. III, pp. 261 - 272.

17 Luciano Pereira da Silva, *Obras Completas*, vol. III, Lisboa 1946, p. 167

18 Veja a nota 6.

19 Alonso de Santa Cruz, *Libro de las Longitudes y Manera que Haste Agora se ha Tenido en el Arte de Navegar*, publicado em Sevilha, 1921.

Alonso de Santa Cruz (14. . - 1573) foi professor de cosmografia de Carlos V e cosmógrafo-mor de Felipe II. Acompanhou Sebastião Caboto na viagem que terminou no Rio da Prata. Escreveu depois de 1545, ano em que visitou Portugal. Luciano Pereira da Silva, *Obras Completas*, vol. II, pp. 391 - 92 e vol. III, pp. 164 - 168, critica e procura refutar as referências de Santa Cruz a Felipe Guilhem.

20 Idem, ibidem, pp. 24 e 25. Apud Luciano Pereira da Silva, *Obras Completas*, vol. III, pp. 164 - 65.

21 Veja a nota 15.

21a Entretanto, a despeito dos aperfeiçoamentos introduzidos por Guilhem, os seus instrumentos, bastante precisos em terra, per-

diam parte da eficiência no mar, pelo balanço dos navios, segundo informações de João de Castro a Alonso de Santa Cruz, (M.F. Navarrete, *Disertación Sobre la História de la Náutica*, Madri, 1846 pp. 182 - 83), mas principalmente, como tôdas as outras invenções similares, por falta de cronômetros na época.

22 Op. cit., p. 197.

23 Veja a nota 15.

24 Luciano Pereira da Silva, *Obras Completas*, vol. III, p. 167.

25 *Kosmos*. Na edição alemã vol. II, p. 482, nota 93 e p. 488, nota 14, Estugarda, 1847. Na edição inglesa, Londres, 1871, vol. II, pp. 658 e 672.

26 João de Castro foi autor do *Roteiro de Lisboa a Goa*, de 1538, publicado por João de Andrade Corvo, Lisboa, 1882. Veja também a nota 16. De ambos trata Sousa Viterbo, *Trabalhos Náuticos etc.*, parte I, pp. 66 - 69 e 223 - 231. Um resumo bem focado dos escritos de João de Castro dá Fontoura da Costa, *Tratado da Sphera etc de João de Castro*, Agência Geral das Colônias, Lisboa, 1940.

27 Veja a nota 2.

28 Não se pode interpretar de forma diferente a frase inicial da dita carta: «Posso dizer que sou o mais bem-aventurado homem que há em todo o mundo, pois ao cabo de tantos anos V. A. teve de mim lembrança.....». Outros trechos confirmam a impressão.

29 Em menos de 4 meses, a contar da chegada de Tomé de Sousa, Guilhem já estava na Bahia.

30 Nos livros recentes que tratam especificamente da fundação da Cidade do Salvador, é freqüente a confusão entre as primeiras ladeiras, que ligavam a orla marítima à Cidade Alta. A inicial foi a ladeira da Conceição, assim chamada por partir da igreja de N.S. da Conceição, situada defronte da Ribeira do Góis.

É muito íngreme. Os volumes pesados subiam, inicialmente, por ela, mas, ao que parece, só com auxílio de rolos, cuja compra figura nos mandados de pagamento. Para facilitar o transporte de mercadorias e material mandou-se construir, logo a seguir, novo caminho transitável de carro, que, de novembro de 1549 em diante, passou a ligar por trajeto mais suave, a Ribeira dos Pescadores com a Cidade Alta pela Preguiça (apelido sugestivo!!) e Gameleira, entrando provavelmente pela Porta de Santa Luzia. O seu construtor foi Jorge Dias, a favor de quem se emitiu o mandado do respectivo pagamento, R.s. 3\$540, em 12 de julho de 1550.

A Ribeira dos Pescadores situava-se na praia da Preguiça, no trecho chamado das Pedreiras, em frente à velha fonte, que lhes conserva o nome. Naturalmente, as duas ladeiras: da Conceição e da Preguiça, foram ligadas, na parte inferior, por uma comunicação ao longo da praia.

A Ladeira da Misericórdia é mais recente.

Nenhuma referência a ela se encontra nos primeiros anos. Só quando a Cidade Alta começou a estender-se em direção ao Terreiro de Jesus, depois de 1552, quando a marinha fronteira à nova Sé ficou protegida pela plataforma debruçada sobre a encosta e se transferiu o desembarcadouro da gente para o que passou a chamar-se Pôrto das Naus, abriu-se a Ladeira da Misericórdia, que lhe seria serventia, como lhe foi a Fonte do Perelma, ao sopé dêsse trecho da Montanha.

31 O jesuíta Antônio Blazques diz dêle «.....grande língua.....», homem que entre êles (os índios) tem grande au-

toridade». Serafim Leite, *Cartas dos Primeiros Jesuítas*, vol. II, p. 382.

Desta e de outras referências conclui Capistrano ter sido Espinhosa quem ajudou o Pe. Azpilcueta na tradução das orações para o tupi. (*Correspondência*, II, p. 46). A sua qualidade de «grande língua» faz presumir que deve ter vindo do Peru com bastante antecedência.

32 Basílio de Magalhães, *Expansão Geográfica*, Rio de Janeiro, 1944, p. 49.

33 *Cartas etc.* p. 69.

34 Pe. Serafim Leite *Cartas dos Primeiros Jesuítas*, vol. II, pp. 8 - 9.

Não precisamos insistir na precedência do testemunho de Azpilcueta, participante da empresa, sobre a menção de Anchieta recém-chegado, pelo que soube em Piratininga.

35 Em sua carta, de 24 de junho de 1555, escreve o Pe. Azpilcueta:

«Passa de ano e meio, que, por mandado do nosso Pe. Manuel de Nóbrega, ando em companhia de doze homens cristãos, que.... entraram pelas terras adentro.....»

Idem, *ibidem*, p. 245.

36 *Documentos Históricos*, vol. 38, p. 240. Neste mandado mudaram-lhe o nome para Filipe Guilherme.

37 Sousa Viterbo, *op. cit.*, p. 145.

38 Idem, *ibidem*, pp. 145 - 146.

39 Idem, *ibidem*, p. 146.

40 Idem, *ibidem*, pp. 150 - 152.

41 Vol. 36 pp. 144 - 147.

42 Pe. Serafim Leite, *Cartas dos Primeiros Jesuítas*, vol. III, pp. 499 - 500.

43 Visconde de Pôrto Seguro, *História Geral*, 3.^a edição, pp. 403 - 404, do vol. I.

Veja também F. de A. Carvalho Franco, *Dicionário de Bandeirantes*, etc, São Paulo, 1954.

44 *Primeira Visitação do Santo Ofício*, 1591 - 93, *Denúncias da Bahia*, São Paulo, 1925, pp. 337 - 338.

«16 de agosto de 1591».

«.....denunciando mais, disse que no dito tempo (isto é «haverá vinte anos») mesmo em Pôrto Seguro ouviu dizer, segundo lhe parece, a outro padre da Companhia, Braz Lourenço, que Filipe Guilhem, cavaleiro do hábito de N. S. Jesus Cristo, segundo diziam, cristão nôvo, provedor que foi da fazenda del rei em Pôrto Seguro, quando se benzia, se benzia com uma figa e que dava por desculpa que tinha o dedo polegar comprido e que por isso se lhe fazia na mão figa. E, que êle mesmo Filipe Guilhem, castelhano de nação, tinha, onde se assentava, uma táboa no chão sobre que punha os pés, na qual estava uma cruz assinada na parte de baixo».

Pela redação não está muito claro, se Guilhem ainda vivia, ao tempo em que Braz Lourenço ouviu essas referências deprimentes.

45 Foi no ano de 1559, que, segundo o Pe. Serafim Leite, Adão Gonsalves esteve em Pôrto Seguro. Veja as referências da nota seguinte.

46 Pe. Serafim Leite, *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*, vol. III, Coimbra, 1958, pp. 191 - 192. Adão Gonsalves, na ocasião, ainda não era jesuíta.